

JORGE DE FIGUEIREDO DIAS
NUNO BRANDÃO

DIREITO PROCESSUAL PENAL

OS SUJEITOS PROCESSUAIS

2.^A EDIÇÃO



AB VNO AD OMNES

Coimbra Editora

ÍNDICE

Apresentação	5
Abreviaturas	7
Introdução	13

1.º CAPÍTULO O TRIBUNAL

§ 1. Funções do juiz penal.....	19
I. Decisão das causas penais	19
II. Juiz das liberdades.....	20
§ 2. O princípio da independência judicial	35
§ 3. O princípio da imparcialidade.....	40
I. A garantia da imparcialidade	40
II. Impedimentos	45
a. Aplicado medida de coação prevista nos artigos 200.º a 202.º	52
b. Presidido a debate instrutório.....	54
c. Participado em julgamento anterior	55
d. Proferido ou participado em decisão de recurso anterior que tenha conhecido, a final, do objeto do processo, de decisão instrutória ou de decisão a que se refere a alínea a), ou proferido ou participado em decisão de pedido de revisão anterior.....	57
e. Recusado o arquivamento em caso de dispensa de pena, a suspensão provisória ou a forma sumaríssima por discordar da sanção proposta..	58
III. Suspeições	62

§ 4. A competência do tribunal em matéria penal	69
I. O princípio do juiz natural.....	69
II. A competência penal e as suas espécies	77
III. Competência material.....	80
IV. Competência funcional.....	95
V. Competência territorial.....	96
VI. Conexão de processos e competência por conexão	109
VII. Verificação da incompetência	120
VIII. Conflitos de competência	123

2.º CAPÍTULO O MINISTÉRIO PÚBLICO

§ 5. O Ministério Público como órgão autónomo de administração da justiça	125
§ 6. Legitimação do Ministério Público	131
§ 7. O princípio da autonomia do Ministério Público	132
I. Dever de objetividade	132
II. Orientação pelo princípio da legalidade	135
III. Princípio da lealdade e <i>fair trial</i>	136
IV. A autonomia externa.....	137
V. A tutela da imparcialidade dos magistrados do Ministério Público ..	145
§ 8. A hierarquia da magistratura e dos magistrados do Ministério Público	146
I. Hierarquia e autonomia funcional	146
II. Poder de direção.....	150
III. Poder de supervisão	157
§ 9. As funções do Ministério Público no processo penal	158
I. Titularidade do inquérito e relacionamento com os órgãos de polícia criminal.....	159
II. Funções nas fases subsequentes.....	168

3.º CAPÍTULO O ASSISTENTE

§ 10. Introdução à figura do assistente	171
§ 11. Legitimidade para aquisição da qualidade de assistente	175
I. Conceito de ofendido em processo penal	178
II. Legitimidade desvinculada da figura do ofendido	192

§ 12. Prazos e procedimento para a constituição como assistente.....	197
§ 13. Os poderes processuais do assistente	202
I. No inquérito	204
II. O âmbito do encerramento do inquérito.....	205
III. Na instrução	209
IV. No julgamento.....	210
V. Nos recursos.....	211
§ 14. A representação judiciária do assistente.....	212

4.º CAPÍTULO O ARGUIDO

§ 15. Conceito de arguido	215
§ 16. Posição jurídica do arguido: fundamentos gerais.....	217
§ 17. Aquisição da qualidade de arguido	221
I. Constituição de arguido	222
II. Atribuição <i>ope legis</i> da qualidade de arguido	234
III. Procedimento e formalidades.....	236
§ 18. Estatuto processual do arguido.....	240
I. O direito de defesa	240
II. O direito à presunção de inocência.....	249
III. O direito ao respeito pela decisão de vontade do arguido (em espe- cial, o direito à não autoincriminação)	254
IV. Os deveres processuais do arguido	264
O defensor	269
§ 19. Função e posição jurídica do defensor em processo penal.....	269
§ 20. Admissibilidade e obrigatoriedade da assistência por defensor	275
§ 21. A assunção da defesa.....	283
§ 22. O exercício da função de defesa	287
Bibliografia.....	301
Jurisprudência citada	315
Índice.....	317



AB VNO AD OMNES

Coimbra Editora

www.coimbraeditora.pt

GRUPO

GESTLEGAL